

IV REUNIÃO DA REDE REGIONAL DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NOS PALOP

Lisboa, Portugal, 04 a 08 de Outubro de 2011

- Sistematização -

Outubro de 2011

Iniciativa organizada por:



REDSAN
PALOP

Introdução

O presente relatório contém a sistematização da IV Reunião da Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar nos PALOP (REDSAN-PALOP) realizada em Lisboa, Portugal, de 04 a 08 de Outubro de 2011. Estiveram presentes representantes de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Foram ainda convidados representantes do Brasil. Esta iniciativa foi realizada pela ACTUAR no quadro das suas responsabilidades de facilitadora desta rede regional e contou com apoio do projecto IFSN (Rede Internacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar)¹ da qual a REDSAN-PALOP é parceira e da FAO.

Esta reunião constituiu mais um passo para o estreitamento das relações entre a sociedade civil destes países, no seguimento das reuniões realizadas em Julho de 2007 (Fortaleza, Brasil), Março de 2008 (Olinda, Brasil), Junho de 2011 (Coimbra, Portugal) e das inúmeras iniciativas desenvolvidas em conjunto ao longo dos últimos cinco anos.

Os **objectivos** propostos para a IV Reunião foram os seguintes:

- Aprofundar a discussão conceptual e política sobre a temática do Direito à Alimentação.
- Realizar um balanço de actividades, partilhar experiências e discutir estratégias de intervenção da sociedade civil no marco das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional em curso nos países lusófonos;
- Estreitar laços institucionais e de diálogo político com as estruturas político-diplomáticas da CPLP;
- Discutir uma estratégia de ampliação da REDSAN para o espaço da CPLP;
- Definir planos de trabalho e os próximos passos tendo em vista o fortalecimento da intervenção da REDSAN no espaço lusófono.

Os **resultados esperados** foram os seguintes:

- Espera-se, em primeiro lugar, que esta reunião contribua para o estreitamento dos laços entre as organizações responsáveis por impulsionar a dinâmica da REDSAN;

¹ A **Rede Internacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar (IFSN)** é uma iniciativa implementada globalmente pela ActionAid em parceria com outras organizações através de financiamento da Comissão Europeia. Actualmente integra 30 redes nacionais e regionais nas regiões África, Ásia e América Latina envolvendo mais de 1.400 organizações locais com o principal objectivo de fortalecer o diálogo entre governos e sociedade civil em matéria de segurança alimentar e direito à alimentação. Mais informações em www.ifsn-actionaid.net.

- Atendendo ao importante processo em curso no quadro da CPLP, designadamente no que concerne à futura estratégia de segurança alimentar e nutricional da CPLP, espera-se que esta reunião contribua para a definição de uma estratégia de ampliação da REDSAN para o espaço lusófono através da inclusão de redes/organizações de Brasil, Timor-Leste e Portugal;
- De igual modo, espera-se que esta reunião constitua mais um passo no aprofundamento do diálogo político e institucional com as estruturas da CPLP, tendo em vista uma participação mais efectiva da REDSAN;
- Espera-se que o balanço de actividades e a partilha de experiências entre os parceiros deve constituir a base de discussão para a reflexão conjunta e discussão de estratégias para o futuro no quadro da REDSAN;
- Por fim, espera-se que as sessões de discussão/capacitação sobre direito à alimentação, em particular tendo em conta a participação de convidados internacionais, contribua para a definição de estratégias de intervenção tendo em conta as prioridades políticas dos diferentes países e no plano internacional.

A **comitiva** da reunião foi composta pelos seguintes representantes:

- Angola: Belarmino Jelembi, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente;
- São Tomé e Príncipe: Maria Odete Aguiar e Celso Garrido, RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional em São Tomé e Príncipe;
- Moçambique: Pedro Ferreira, ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar de Moçambique;
- Guiné-Bissau: Carlos Rui Ribeiro, RESSAN-GB – Rede para a Segurança e Soberania Alimentar da Guiné-Bissau.
- Guiné-Bissau: Miguel Barros, Tiniguena – Esta Terra é Nossa!
- Guiné-Bissau: Tomane Camará, AD – Acção e Desenvolvimento
- Brasil: Vivian Braga e Carlos Aguilar, IBASE – Instituto Brasileiro de Análise Socio-Economica
- Portugal: João N. Pinto, Élia Henriques e Isabel Dinis, ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento.

Enquadramento

O fortalecimento de mecanismos de governança e construção da institucionalidade da segurança alimentar e nutricional (SAN) no seus distintos níveis (local, nacional, regional, global) tem sido reconhecido como fulcral tendo em vista uma melhor adequação dos recursos e uma maior efectividade no combate à fome e insegurança alimentar. O actual processo de reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS) e a sua ligação com estruturas de governança nos níveis subsequentes, é um passo muito importante visando alcançar uma concertação política mais abrangente. Neste quadro, é absolutamente imperioso lograr uma participação da sociedade civil efectiva e com qualidade a todos os níveis, dando voz aos grupos mais vulneráveis e veiculando propostas construtivas para a definição das políticas públicas.

No espaço lusófono, a recente decisão tomada pela CPLP de avançar com a formulação de uma estratégia regional de segurança alimentar e nutricional configura um importante momento político para a intervenção conjunta da sociedade civil nesta matéria.

O trabalho em rede por parte da sociedade civil a nível nacional, CPLP e global, pode contribuir para um diálogo político mais efectivo através do envolvimento dos vários quadrantes da sociedade e dos grupos mais vulneráveis.

A REDSAN é um espaço de articulação de organizações da sociedade civil que trabalham em conjunto para reforçar o diálogo com os Governos e contribuir para a agenda política da soberania e segurança alimentar num quadro de realização progressiva do direito humano à alimentação.

Com pequenos passos, o trabalho desenvolvido pela REDSAN-PALOP ao longo dos últimos anos tem contribuído para fortalecer vínculos e estabelecer pontes a todos os níveis e entre distintos actores. Por certo existe um longo caminho por percorrer e muito que aprender. Não obstante, os resultados alcançados demonstram a vontade, capacidade e empenhamento desta rede para continuar a trabalhar e participar no diálogo político.

Programa da Reunião

Data	Programa
04/10 Terça-feira	Dias 03 e 04 Voos de chegada 19:30 Jantar de Confraternização (Recepção e Apresentação do Programa)
05/10 Quarta-feira	09:00-10:45 Capacitação sobre Direito à Alimentação (FAO, Right to Food Unit) 10:45-11:15 <i>Coffee-Break</i> 11:15-12:30 Capacitação sobre Direito à Alimentação (FAO, Right to Food Unit) 12:30-14:00 <i>Pausa para Almoço</i> 14:00-16:00 REDSAN / Trabalhos Conjuntos 16:00-16:30 <i>Coffee-Break</i> 16:30-18:00 REDSAN / Trabalhos Conjuntos <i>Jantar Livre</i>
06/10 Quinta-feira	10:45-12:00 Audiência com Sr. Secretário Executivo da CPLP 12:30-14:00 <i>Pausa para Almoço</i> 14:00-15:00 Sessão Discussão/Capacitação (FIAN) 15:00-16:00 Discussão

	16:00-18:00 Sessão Discussão/Capacitação (IEH) <i>Jantar Livre</i>
07/10 Sexta-feira	09:00-17:00 Seminário “Políticas e Cooperação para a Soberania e Segurança Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” 17:30 Conferência Imprensa <i>Jantar Livre</i>
08/10 Sábado	REDSAN / Trabalhos Conjuntos Voos de Regresso
09/10 Domingo	Voos de Regresso

Síntese da Reunião

Sessões de Discussão/Capacitação sobre Direito à Alimentação

As sessões contaram com a participação de convidados internacionais, designadamente da FAO (Ricardo Rapallo), FIAN Internacional (Flávio Valente) e Instituto de Estudos del Hambre (Carmen Lahoz). Os convidados fizeram exposições baseadas nas estratégias e experiência de intervenção das suas organizações, bem como introduziram tópicos conceptuais e da agenda política relacionados com o Direito à Alimentação. As sessões foram interactivas e promoveram um diálogo aberto e produtivo facilitando a reflexão conjunta. Foram distribuídos materiais de apoio sobre os temas em discussão.



Trabalhos Conjuntos

Estas sessões de trabalho visaram fazer um balanço de actividades e proporcionar a troca de experiências entre os parceiros da REDSAN-PALOP, bem como discutir estratégias de intervenção futuras, em particular no quadro da CPLP. Pretendeu-se também proporcionar uma reflexão conjunta tendo em vista a ampliação da actuação da REDSAN-PALOP para o espaço da CPLP, aproveitando a presença dos convidados do Brasil. O plano estratégico da REDSAN-PALOP para 2012 no que concerne a actividades conjuntas a nível nacional, regional e global foi objecto de discussão nestas sessões (Ver Conclusões).



O Documento de Posição da sociedade civil com contribuições para a estratégia da CPLP foi também objecto de discussão e validação. Em concreto, foram identificados os seguintes pontos positivos no documento da estratégia:

- Oportunidade e prioridade política da estratégia regional
- Elaboração da estratégia com base em diagnósticos prévios
- Enfoque da estratégia da CPLP na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada
- Participação da sociedade civil na formulação e implementação da estratégia
- Ênfase na construção de melhor governabilidade para a segurança alimentar e nutricional
- Reduzido número de eixos estratégicos
- Prioridade aos pequenos produtores como principais destinatários da estratégia regional

Não obstante, além de uma definição e formulação adequadas da estratégia, considerou-se fundamental a sua correcta implementação, a qual dependerá, em grande medida, da vontade política e da capacidade institucional dos governos nacionais e da própria CPLP. Em particular, três indefinições / ausências na estratégia de SAN da CPLP mereceram destaque:

- A indefinição relativa a outros segmentos do sistema agro-alimentar, para além da produção agrícola, com base nos pequenos produtores de alimentos
- A indefinição relativamente ao papel dos diferentes órgãos e à modalidade de participação da sociedade civil
- A ausência nesta fase de um compromisso orçamental e financeiro
- Necessidade de reforçar a perspectiva de género e o papel da mulher no quadro desta estratégia

Encontro diplomático com CPLP

Na manhã do dia 06 foi realizada uma audiência com o Sr. Secretário Executivo da CPLP, Eng. Domingos Simões Pereira, com o intuito de apresentar a REDSAN-PALOP e o seu trabalho, bem como entregar formalmente o Documento de Posição da REDSAN contendo as contribuições da sociedade civil para a futura estratégia de segurança alimentar e nutricional da CPLP.

O Sr. Secretário Executivo reconheceu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela sociedade civil no campo da segurança alimentar e nutricional e agradeceu os contributos da REDSAN-PALOP para a



formulação da estratégia de SAN da CPLP.

Manifestou o desejo e a abertura por parte da CPLP para continuar a contar com a participação da sociedade civil e felicitou os representantes das redes nacionais membros da REDSAN-PALOP.



Seminário Público



No dia 07 decorreu em Lisboa o Seminário Internacional “Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” integrado no programa oficial da IV Reunião da REDSAN-PALOP. O Seminário contou a participação de cerca de 30 participantes com o seguinte programa:

9:30 - Registo de Participantes

10:00 – Sessão de Abertura (Coordenador do CES-Lisboa, Manuel Carvalho da Silva e Presidente da ACTUAR, Isabel Dinis)

PAINEL - Crise e reforma do Sistema Alimentar

10:30 - Crise e (re) construção de um quadro global de acção para a segurança alimentar e nutricional (Francisco Sarmiento, FAO)

10:45 - A Soberania Alimentar nas Políticas Públicas e de cooperação (Carmen Lahoz, IEH - Instituto de Estudos da Fome / Espanha)

10:45 - Direito Humano à Alimentação: panorama global e implicações (Flávio Valente, Secretário Geral da FIAN /Alemanha)

11:15 – A Soberania Alimentar na Estratégia de Cooperação Portuguesa (Pedro Krupenski, OIKOS / Portugal)

11:30 - Pausa para café

12:15 - Discussão (Manuel Carvalho da Silva, CES)

13:00 - Almoço

PAINEL - Situação e perspectivas nos Países de Língua Portuguesa a partir da sociedade civil

14:15 - Moçambique (Pedro Ferreira, ROSA - Rede de Organizações para Soberania Alimentar de Moçambique)

14:30 - Angola (Belarmino Jelembi, ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente)

14:45 - São Tomé e Príncipe (Maria Odete Aguiar, RESCSAN - Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe)

15:00 - Cabo Verde (Avelino Bonifácio, PONG's – Plataforma de ONGs de Cabo Verde)

15:15 - Brasil (IBASE)

15:30 - Portugal (João Vieira, CNA, em representação da Comissão Instaladora da Rede Portuguesa para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional)

15:45 - A Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e a Estratégia de Segurança Alimentar da CPLP (João Pinto, ACTUAR)

16:00 - Discussão (João Pinto, ACTUAR)

17:00 - Encerramento

Pretende-se com este seminário promover o debate público relativamente às políticas de soberania e segurança alimentar e direito à alimentação no espaço lusófono. No primeiro painel foi abordada a evolução do sistema alimentar e os principais determinantes que consuziram ao contexto da actual crise, designadamente, o acentuar dos processos de industrialização e esgotamento dos recursos naturais, a concentração do sistema agro-alimentar em termos de produção e distribuição, entre outros. Considerou-se que tais fenómenos tiveram como consequência o aumento da fome com impacto significativo nos pequenos produtores de alimentos, os quais constituem o grupo mais afectado pela insegurança alimentar.



A crise actual, nas suas múltiplas dimensões (ambiental, económica, social, política), bem como as políticas liberais no campo agrícola e alimentar tem repercussões importantes na perda de soberania alimentar por parte dos países. Reconheceu-se, por isso, a necessidade de um novo paradigma e um modelo alternativo que dê prioridade aos pequenos produtores com base em políticas públicas que garantam a soberania alimentar e a perspectiva do direito à alimentação a nível nacional, da CPLP e global.



Foi ainda abordada a perspectiva da soberania alimentar na política de cooperação espanhola a qual tem destinado recursos financeiros significativos; ao invés, reconheceu-se que esta

temática está ausente na política de cooperação portuguesa.

O painel da tarde foi destinado à apresentação por parte das redes nacionais da sociedade civil parceiras da REDSAN-PALOP do contexto das políticas públicas, da intervenção social e dos principais desafios. Alguns pontos comuns indicaram que a sociedade civil tem vindo progressivamente a demonstrar uma crescente capacidade de intervenção, a par da construção de políticas que têm promovido uma maior abertura ao debate e à participação social.



Reconheceu-se a importância de aprofundar o diálogo político e a construção da governabilidade a nível nacional e da CPLP; reconheceu-se também a importância da estratégia regional de SAN da CPLP, com foco no direito à alimentação. Em termos da mudança de paradigma os países foram unânimes em considerar que os pequenos produtores são a chave para a promoção da SAN.

Conclusões

A IV Reunião da REDSAN-PALOP revelou-se, uma vez mais, um importante espaço para o aprofundamento das estratégias de intervenção das redes a nível nacional e da intervenção comum a nível regional/internacional no domínio da segurança alimentar, da soberania alimentar e do direito humano à alimentação. As seguintes conclusões foram sistematizadas:

- Reconhece-se a importância dos processos de fortalecimento de redes nacionais da sociedade civil enquanto espaços de articulação para aprofundar o diálogo político e influenciar a agenda política em prol da soberania e segurança alimentar e do direito à alimentação.
- Reconhece-se a importância de fortalecer a rede regional enquanto espaço comum de reivindicação e influência política da sociedade civil de forma coordenada; para 2012 será dada prioridade ao alargamento da REDSAN para o espaço da CPLP envolvendo mais activamente a sociedade civil de Timor Leste, Portugal e Brasil.

A REDSAN-PALOP reconhece e felicita o esforço político da CPLP em formular uma estratégia regional de segurança alimentar e nutricional e manifesta a sua disponibilidade para aprofundar o diálogo e colaborar com a CPLP, os Governos nacionais e organismos internacionais na formulação e implementação deste importante instrumento político. Do trabalho conjunto resultou o consenso sobre a seguinte proposta de intervenção da REDSAN-PALOP, em particular tendo em conta o processo de formulação/implementação da estratégia da CPLP:

- Acções de lobby com foco na governabilidade e participação da sociedade civil a nível nacional, regional e internacional: Incidência sobre a governabilidade do sistema de SAN a todos os níveis, assegurando a participação efectiva da sociedade civil em todos os momentos de formulação, implementação, seguimento e avaliação das estratégias e políticas da SAN dos países, da estratégia de SAN da CPLP e do Comité Mundial de SAN.
- Assegurar que a sociedade civil seja sempre consultada pelo Secretariado Técnico. O regimento de funcionamento do Secretariado Técnico terá necessariamente de prever as modalidades de participação da sociedade civil.
- Participar activamente do processo de desenvolvimento da Fase III da Estratégia de SAN da CPLP, em particular da discussão e formulação dos estatutos e regimento do Conselho de SAN da CPLP que deverão incluir normas que exigem a participação da sociedade civil nos processos deliberativos do Conselho, bem como dos planos de acção a desenvolver. Dada a importância incontestável da participação da sociedade civil, os planos de intervenção da estratégia e respectivos orçamentos deverão incluir uma rubrica específica destinada a assegurar a participação activa de representantes da sociedade civil nos órgãos de governabilidade existentes.
- Acções de lobby junto do ponto focal governamental de cada país: influenciar os governos nacionais na definição / proposta de uma ou duas actividades concretas prioritárias dentro dos planos de acção identificados. Desde já entende-se que a prioridade aos pequenos produtores de alimentos - incluindo os demais segmentos do sistema agro-alimentar com base em empreendimentos de pequeno porte - será fundamental, embora implique antes de tudo, a concretização da sugestão contida

na Estratégia relativa à definição criteriosa do conceito de pequenos produtores de alimentos (incluindo agricultores, pescadores, criadores de animais), os quais serão objecto prioritário das políticas e estratégia da CPLP.

- Acções de lobby para a atribuição de recursos financeiros: influenciar os governos nacionais para alocarem orçamento de forma vinculativa e não meramente voluntária;

Foram ainda identificadas as seguintes **oportunidades comuns de intervenção da nível nacional**:

- ✓ Intervenção nas Estratégias Nacionais de SAN (Reforço de leis/políticas tendo em vista maior coerência);
- ✓ Intervenção para aprofundamento dos Mecanismos Governação / Participação
- ✓ Intervenção para priorizar a pequena produção tendo em vista o caminho da soberania alimentar;
- ✓ Necessidade de colocar o foco da intervenção em toda a fileira agro-alimentar, incluindo produção, transformação, beneficiação, comercialização e consumo.
- ✓ Prioridades temáticas identificadas:
 - Acesso a terra e recursos naturais;
 - Zoneamento agrícola;
 - Acesso à água
 - Revitalização da infraestruturas
 - Promoção da Alimentação Escolar
 - EMBRAPA FORA!
- ✓ Necessidade de aprofundar mecanismos de monitoria/seguimento/avaliação com participação da sociedade civil;
- ✓ Aprofundar a capacitação/sensibilização/informação sobre SAN, Direito à Alimentação e Soberania Alimentar;
- ✓ Incentivar a educação alimentar e nutricional;

Foram ainda identificadas as seguintes **oportunidades comuns de intervenção da nível regional/global**:

- ✓ Seguimento do processo reforma CFS;
- ✓ Seguimento do processo de discussão/aprovação das diretrizes voluntárias acesso à terra;
- ✓ Seguimento da discussão/aprovação do marco estratégico global SAN
- ✓ Seguimento do processo de estabelecimento do Fórum da Sociedade Civil da CPLP
- ✓ Seguimento dos impactos da Volatilidade dos Preços dos Alimentos
- ✓ Aprofundamento da Informação/Comunicação ao nível da REDSAN-PALOP sobre questões regionais/globais;
- ✓ Intervenção coordenada da REDSAN-PALOP no quadro da Estratégia de SAN da CPLP;

- ✓ Seguimento dos impactos Land Grabbing em particular n os países africanos;

Foram ainda identificadas as seguintes **oportunidades de intervenção por parte da cada Rede Nacional**

Brasil

- Lei alimentação escolar (lobby)
- Participação no CONSEA e noutras esferas públicas, a nível estadual e nacional
- Fóruns estaduais
- Convergência com outras plataformas e movimentos
- Prioridade pequena produção
- Soberania alimentar /agroecologia
- Informação/Comunicação

Cabo Verde

- Quadro institucional/mecanismos governabilidade
- Participação social na implementação do PNSAN
- Programa nacional alimentação escolar (sustentabilidade) - participação no programa
- Trabalhar em todo o sistema agro-alimentar (pequenos produtores /empresarializar sector agrícola)
- Captação/mobilização água
- Solos agrícolas (urbanização)

Angola

- Nível central – Espaço participação sociedade civil
- Concertação/coordenação social/política
- Conselhos de concertação/auscultação social (sensibilização/lobby)
- Monitoria PID?CP

São Tomé e Príncipe

- Elaboração estratégia
- Participação sociedade civil Mecanismos /governabilidade
- Apoio pequenos produtores ao longo de toda a cadeia alimentar
- Direito À Alimentação/Soberania alimentar
- Formação/Sensibilização
- Programas alimentação escolar
- Acompanhamento/Seguimento/Avaliação

Moçambique

- Gestão da água (Armazenamento)
- Agro-processamento familiar
- Pequenos produtores
- Lobby/trabalho Direito à alimentação (Lei)

- Reestruturação SETSAN

Guiné-Bissau

- Espaços institucionais de base
- zoneamento de territórios
- lei de terras
- fileira de produção
- land grabbing
- desenvolvimento de sistemas produtivos ao longo da fileira
- Quadro jurídico institucional e legislativo
- Lobby sobre o foco empresarial do PN?A
- Vias e infraestruturas de acesso zonas produtivas
- Soberania alimentar
- Acesso e posse de terra
- Desenvolvimento cadeia agro-alimentar
- Açambarcamento de terras
- Direitos comunitários
- Governação local

Portugal

- Avançar com a constituição da Rede Portuguesa de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

ANEXO

- Relatório de Cobertura Mídia -

Por Laura Bastos

laurabastos4@gmail.com

Actividades Desenvolvidas:

1 - Envio de um *press release* diário a anunciar os eventos relacionados com a Reunião e a apresentar os resultados decorrentes do trabalho das delegações durante o encontro;

- “Sociedade Civil dos Países Lusófonos em Portugal para Discutir Combate à Fome” (04-10-2011, enviado às 13: 22)
- “Organizações da Sociedade Civil dos PALOP discutem com FAO o Direito à Alimentação” (05-10-2011, enviado às 16: 11)
- “‘É Preciso Abrir Espaço para a Nossa Sociedade Civil’ afirma Secretário Executivo da CPLP (06-10-2011, enviado às 17:12)
- “A Soberania Alimentar como Alternativa à Actual Crise neste Sector” (07-10-2011, enviado às 17:31)

2 - Cobertura fotográfica dos eventos, incluindo sessões de capacitação/discussão realizadas no Hotel Zurich, Audiência com Secretário Executivo da CPLP e Colóquio realizado no Picoas Plaza

NOTA: Um CD com a compilação da cobertura fotográfica será entregue à ACTUAR.

3 - Revisão diária da imprensa escrita e Internet para acompanhamento da divulgação e notícias sobre os eventos tendo observado o seguinte:

- O Centro de Estudos Sociais anunciou o seminário de 7 de Outubro, parte do programa da reunião, através da newsletter da instituição, website e perfil na rede social *facebook*.
- O evento foi também referido na página de internet da REDSAN e ACTUAR, assim como no website da Embaixada de Cabo Verde.
- As notas de imprensa foram enviadas por e-mail para os principais órgãos de comunicação portugueses: Agência Lusa, Jornal Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Expresso, Sábado, Visão, Jornal Sol, Jornal i, Destak, Metro, RTP, Antena 1, TVI, SIC, TSF, IOLonline, Portugal Diário e Sapo Notícias.

Resultados da cobertura jornalística são:

- Durante os dias do evento foram recebidos telefonemas da Agência Lusa e TVI24 para conferir o horário e o local dos eventos.
- As notícias relacionadas com a reunião da REDSAN-PALOP foram exclusivamente elaboradas pela Agência Lusa, sendo que duas jornalistas desta agência estiveram presentes no seminário público de 7 de Outubro. Tendo a Agência Lusa como fonte,

as notícias foram depois publicadas na Sapo Notícias, Angola Press, Jornal Impresso e num website especializado no tema da Segurança Alimentar (Food Security).

- A maioria das notícias centrou-se no seminário público de 7 de Outubro, no Centro de Estudos Sociais em Lisboa, tanto no seu anúncio (“Colóquio internacional debate em Lisboa cooperação no espaço lusófono”, divulgado pela Sapo Notícias/Lusa, no dia 7 de Outubro, às 04:27), como nos resultados do evento. No que respeita a este último ponto, as notícias divulgadas centram-se na opinião dos convidados presentes (Pedro Krupenski, da OIKOS, e Flávio Valente, da FIAN). Quanto à situação vivida nos PALOP, foi ainda divulgada uma notícia pela LUSA que junta as ideias expressas por representantes da ACTUAR (João Pinto) e de algumas delegações presentes (Guiné, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola).
- Além disso, foi também divulgada pela Lusa uma notícia centrada no contributo da REDSAN para a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (“Secretário Executivo recebe contributo de ONG para plano de segurança alimentar”, divulgada pela Sapo Notícias /Lusa, dia 7 de Outubro às 08:06). A notícia centra-se sobretudo nas palavras do Secretário Executivo, Domingos Simões Pereira.

Jornal Impresso

<http://www.jornalimpresso.com/?p=17461>

Segurança Alimentar: Colóquio internacional debate em Lisboa cooperação no espaço lusófono

Sexta-feira, 07 Outubro 2011 | 11:20

O colóquio internacional “Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” realiza-se hoje na sede, em Lisboa, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.



Foto: DR

O evento terá dois painéis principais, “Crise e reforma do sistema alimentar” e “Situação e perspectivas nos países de língua portuguesa a partir da sociedade civil”, contando com a participação de entidades de quase todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A abertura da reunião será realizada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CES-Lisboa, e Isabel Dinis, presidente da associação ACTUAR.

Na véspera do colóquio, o secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, reuniu-se em Lisboa com várias organizações não governamentais (ONG) daqueles países e recebeu contribuições para o plano de segurança alimentar da comunidade lusófona.

A estratégia para a segurança alimentar na CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.

Fonte: Sapo Notícias / Lusa

Sapo Notícias

<http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/13162765.html>

Colóquio internacional debate em Lisboa cooperação no espaço lusófono

07 de Outubro de 2011, 04:27

Lisboa, 07 out (Lusa) - O colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa" realiza-se hoje na sede, em Lisboa, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

O evento terá dois painéis principais, "Crise e reforma do sistema alimentar" e "Situação e perspectivas nos países de língua portuguesa a partir da sociedade civil", contando com a participação de entidades de quase todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A abertura da reunião será realizada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CES-Lisboa, e Isabel Dinis, presidente da associação ACTUAR.

Na véspera do colóquio, o secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, reuniu-se em Lisboa com várias organizações não governamentais (ONG) daqueles países e recebeu contribuições para o plano de segurança alimentar da comunidade lusófona.

A estratégia para a segurança alimentar na CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.

ARA/CSR.

Lusa/Fim

Secretário executivo recebe contributo de ONG para plano de segurança alimentar

<http://noticias.sapo.tl/portugues/info/artigo/1191855.html>

07 de Outubro de 2011, 08:06

O secretário-executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, reuniu-se hoje em Lisboa com várias organizações não governamentais (ONG) e recebeu contribuições para o plano de segurança alimentar da comunidade lusófona, informou o responsável do bloco.

Simões Pereira declarou à Agência Lusa que "esteve presente no encontro um conjunto de ONG dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)" e essa rede da

sociedade civil foi apresentar a sua "contribuição" em relação à estratégia para a segurança alimentar do bloco lusófono.

Segundo o secretário-executivo, "na última reunião do conselho de ministros (em julho), em Luanda, foi aprovado um documento que define uma estratégia da CPLP para a segurança alimentar e que está a ser coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola (Afonso Pedro Canga)."

O secretário-executivo acompanhará o ministro angolano no dia 18 de outubro, na apresentação do plano de segurança alimentar da CPLP no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma.

Domingos Simões Pereira referiu que, na reunião de hoje, essa rede de ONG ligada à segurança alimentar nos países lusófonos partilhou com a CPLP a sua visão sobre o tema. "Surpreendeu-nos com um contributo escrito, muito bem elaborado, que irá enriquecer esta apresentação (na FAO), não só em termos de conteúdo, mas também para podermos fazer presente essa visão da sociedade civil", acrescentou Simões Pereira.

Paralelamente, na sexta-feira, realiza-se o colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, na sua sede de Lisboa.

O evento terá dois painéis principais, "Crise e reforma do sistema alimentar" e "Situação e perspectivas nos países de língua portuguesa a partir da sociedade civil", contando com a participação de entidades da área dos países da CPLP.

A abertura da reunião será realizada por Manuel Carvalho da Silva, coordenador do CES-Lisboa, e Isabel Dinis, presidente da associação ACTUAR).

CSR.

Lusa/fim

<http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13166599.html>

OIKOS diz que Governo quer transformar cooperação em instrumento das empresas

07 de Outubro de 2011, 16:28

Lisboa, 07 out (Lusa) - O diretor de desenvolvimento da OIKOS, Pedro Krupenski, disse hoje que o Governo se prepara para transformar a cooperação em instrumento de internacionalização da economia portuguesa, esquecendo os compromissos assumidos em matéria de ajuda ao desenvolvimento.

"Apesar de ainda não ter sido tornada pública a nova estratégia da cooperação portuguesa, os sinais que têm surgido permitem antever um cenário assustador. Tudo aponta para que a cooperação para o desenvolvimento seja política, orgânica e financeiramente convertida em instrumento de internacionalização da economia portuguesa e de captação de investimento estrangeiro para Portugal", disse Pedro Krupenski.

O responsável da OIKOS, que falava hoje em Lisboa numa conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa, referia-se ao estudo recentemente apresentado sobre a internacionalização da economia portuguesa, que prevê um reforço da estrutura do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

"Por mais que se trate de um imperativo nacional para que Portugal supere a crise económica, não pode ser feito à custa da cooperação para o desenvolvimento, esquecendo

todos os compromissos que Portugal assumiu direta ou indiretamente para com os destinatários da ajuda portuguesa ao desenvolvimento", acrescentou.

Numa intervenção subordinada ao tema "Soberania Alimentar na Cooperação Portuguesa", Pedro Krupenski considerou que, na estratégia para a cooperação portuguesa aprovada em 2005, a orientação em matéria de segurança alimentar "é curta e pouco concreta", elencando o problema sem adiantar soluções.

O responsável adianta que a segurança alimentar estava incluída na estratégia para o desenvolvimento rural no âmbito do Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento, a única que ainda não foi concluída.

"Lê-se daqui o nível em que está a segurança alimentar na escala das prioridades da cooperação portuguesa", referiu.

Pedro Krupenski avançou ainda dados sobre a percentagem da ajuda pública portuguesa ao desenvolvimento canalizada para a agricultura, silvicultura e pescas, que em 2010 se situou entre os 1,2 por cento destinados a Timor-Leste e os 2,7 por cento canalizados para Angola.

O diretor de desenvolvimento da OIKOS sublinhou, neste contexto, o trabalho feito pelas organizações não-governamentais para o desenvolvimento (ONGD) cofinanciado pelo IPAD.

De acordo com Pedro Krupenski, desde 2002 foram cofinanciados 11 projetos direta ou indiretamente ligados à segurança e soberania alimentar e ao direito à alimentação em Angola, Guatemala, Guiné-Bissau e Moçambique, por quatro ONGD.

Estes projetos representaram um investimento global de 1,2 milhões de euros.

Pedro Krupenski apelou ainda à "união de esforços e à sensibilização em torno do direito à alimentação" em Portugal e nos países parceiros da cooperação portuguesa.

"Não estamos, como é óbvio, a falar de uma campanha de recolha de "desperdícios" alimentares junto de restaurantes e/ou supermercados - por muito louváveis que essas iniciativas possam ser. O direito à alimentação é um direito humano. Protege o direito de todos os seres humanos a viver em dignidade, livres da fome, da insegurança alimentar e da malnutrição", disse.

A conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa é uma organização do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Lisboa.

CFF

<http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13167044.html>

Procura internacional de terras acelera expulsão das populações e cria bolsas de pobreza e fome – ONG

07 de Outubro de 2011, 17:51

Lisboa, 07 out (Lusa) - A procura de terras gerada pela crise financeira internacional está a acelerar a expulsão das populações nos países africanos, gerando bolsas de desemprego, pobreza e fome nas áreas urbanas, alertou hoje a organização de direitos humanos FIAN.

Segundo o brasileiro Flávio Valente, secretário-geral da Organização Internacional pelo Direito Humano à Alimentação (FIAN), "a sede pela terra aumentou muito com a crise financeira internacional".

"Nos últimos cinco anos, bancos, fundos de investimento e bolsas de valores interessaram-se muito pelo investimento na terra como um investimento com bom retorno e também

pelos futuros do mercado de alimentos. Tudo isto está a impulsionar o processo de expulsão da terra principalmente nos países onde existe mais fome ou mais risco de fome", disse.

Flávio Valente, que falava hoje em Lisboa durante numa conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa, adiantou que este é um processo comum a todos os países de África, aos países em transição na Europa oriental e a países da América Latina como a Colômbia ou a Bolívia.

"As elites africanas estão a dar terra em troca de investimentos, dizendo que as terras não têm ninguém, mas a verdade é que nas terras que estão a ser doadas vive gente que ali produz e sobrevive. Nos países africanos, 80 por cento das pessoas dependem da agricultura para sobreviver e quando essas pessoas forem desalojadas das terras serão despejadas nas cidades, criando grandes favelas. As pessoas vão ficar desempregadas e não terão como produzir alimentos", acrescentou.

De acordo com Flávio Valente são cerca de 200 milhões de hectares de terras que estão a ser "doados às multinacionais para a produção de alimentos o que está a levar ao deslocamento das pessoas e ao seu futuro empobrecimento".

O responsável da FIAN adiantou que a maior parte das terras é cedida através de concessões de 90 ou 99 anos na expectativa de que o investimento externo significará desenvolvimento local.

"O que acontece é que as grandes empresas que se instalam empregam poucos locais, deslocam as pessoas, eliminando a sua possibilidade de produzir alimentos e o benefício para as populações é mínimo", sublinhou.

Nos países africanos lusófonos, Flávio Valente diz que existem vários casos documentados destas doações e concessões em Angola e Moçambique a empresas brasileiras e chinesas.

"Temos ouvido falar de casos também na Guiné-Bissau, mas não temos a comprovação", disse, ressaltando que os governos não têm qualquer interesse na divulgação destes dados que as organizações de direitos humanos só conseguem identificar quando surgem nas bolsas de valores como propostas de investimento.

Flávio Valente adiantou que na próxima semana serão alvo de negociação nas Nações Unidas diretrizes globais para os governos sobre posse e titularidade de terras para proteger as comunidades tradicionais.

A organização deverá lançar ainda em novembro uma campanha contra a apropriação de terras pelas companhias transnacionais.

<http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13167825.html>

Guiné-Bissau apresenta grandes problemas devido à fragilidades das instituições

08 de Outubro de 2011, 09:45

Lisboa, 08 out (Lusa) -- A Guiné-Bissau é dos países da CPLP que apresenta grandes problemas no que se refere à segurança alimentar, sobretudo pela fragilidade das suas instituições públicas, disse um responsável da Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR), ONG que tem sede em Coimbra.

"A Guiné-Bissau é um país muito problemático (no âmbito da segurança alimentar), porque tem uma fragilidade por parte do seu Estado e das suas instituições públicas", disse o responsável da ACTUAR, João Pinto.

João Pinto falou à Agência Lusa à margem do colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", que se realizou na sexta-feira, em Lisboa.

Para Carlos Rui Ribeiro, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN), um dos grandes problemas da Guiné-Bissau é a "extrema dependência do país da produção de castanha de caju", o que leva à importação de parte dos alimentos, sobretudo o arroz, base da alimentação dos guineenses, para além da instabilidade política no país.

João Pinto referiu ainda que, entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), São Tomé e Príncipe é o único membro que ainda não tem uma estratégia nacional de segurança alimentar, o que é preocupante.

Maria Odete Aguiar, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN), disse durante o colóquio que a RESCSAN tem promovido capacitação e informação de líderes comunitários nas zonas rurais, ajudando na melhoria das infraestruturas e na transformação dos produtos locais.

A responsável revelou ainda que "a modificação dos hábitos alimentares locais tem gerado, recentemente, a subnutrição em crianças são-tomenses."

Em Moçambique, segundo Pedro Messias -- da Rede de Organizações para Soberania Alimentar de Moçambique/ROSA -, há quatro milhões de pessoas que sofrem com a insegurança alimentar, resultantes do conflito de terras, da falta de acesso ao crédito agrícola, do problema das infraestruturas e do acesso aos recursos naturais como a água.

Messias acredita que, apesar dos esforços do Governo nesta área, é ainda necessário "uma concertação das instituições públicas, da sociedade civil, do setor privado para se decidir onde, quando, como e o que se deve concentrar esforços" para garantir a segurança alimentar dos moçambicanos.

Para Belarmino Jelembi, da Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em Angola a agricultura familiar foi preterida em relação às grandes propriedades agroindustriais e o plano de segurança alimentar do Governo angolano, apesar das melhorias que produziu, continua com muitas falhas, sendo ainda o êxodo rural uma realidade no país.

Jelembi referiu que dados estatísticos de 2009 revelam que "36,6 por cento da população vive na pobreza extrema, sendo que 58,3 por cento destas pessoas estão a viver no campo".

As ONG presentes no colóquio em Lisboa entregaram, na quinta-feira, um documento ao secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, com sugestões para a estratégia regional de segurança alimentar da CPLP.

Entre as sugestões estão a inclusão de outros segmentos agroalimentares a serem apoiados, como a pesca, a pecuária e o extrativismo; a garantia de um papel definido da sociedade civil neste plano, a introdução de um orçamento definido para a implementação dessa estratégia, e o reforço do papel da mulher como elemento fundamental neste contexto.

A estratégia para a segurança alimentar e nutricional da CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.

CSR.

Lusa/fim

Food Security (website)

<http://foodsecurity.wordpress.com/2011/10/06/coloquio-internacional-politicas-e-cooperacao-para-a-soberania-alimentar-na-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/>

Colóquio Internacional Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Posted on October 6, 2011 by evalafrica

7 de Outubro de 2011, 09h30, CES-Lisboa, Picoas Plaza, Rua do Viriato 13, Lj. 117/118

EnquadramentoAs significativas alterações que se verificaram no sistema agro-alimentar mundial nas últimas décadas têm levado inúmeros países a trabalhar na formulação e implementação de políticas que promovam a soberania e a segurança alimentar em cada contexto nacional, numa perspectiva de realização progressiva do direito à alimentação. A nível global, o processo de reforma do Comité Mundial de Segurança Alimentar (CFS) e a discussão sobre o futuro quadro estratégico global para a segurança alimentar demonstram a necessidade de se repensarem mecanismos de governança que tornem a luta contra a fome mais efetiva. Neste contexto, e tendo em atenção a actual reformulação da política e estruturas de cooperação para o desenvolvimento por parte de Portugal, bem como a decisão da CPLP de avançar com uma Estratégia de Segurança Alimentar, entende-se oportuno aprofundar as discussões sobre o direito humano à alimentação e as possíveis implicações, em termos de políticas públicas, da aplicação do conceito de soberania alimentar no espaço da CPLP.

Espera-se que, neste evento, esta discussão se faça a partir da visão de actores ligados a organizações multilaterais internacionais, governos, sociedade civil e organizações de investigação, oriundos, também, de diferentes países.

Angola Press

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/africa/2011/9/40/Procura-internacional-terras-acelera-expulsao-populacoes-ONG,9f6b5441-9202-4df8-86a0-a72dc680af5c.html

07-10-2011 19:21

África

Procura internacional de terras acelera expulsão de populações -ONG

Lisboa - A procura de terras gerada pela crise financeira internacional está a acelerar a expulsão das populações nos países africanos, gerando bolsas de desemprego, pobreza e fome nas áreas urbanas, alertou hoje (sexta-feira) a organização de direitos humanos FIAN, notícia a LUSA.

Segundo o brasileiro Flávio Valente, secretário-geral da Organização Internacional pelo Direito Humano à Alimentação (FIAN), "a sede pela terra aumentou muito com a crise financeira internacional".

Nos últimos cinco anos, bancos, fundos de investimento e bolsas de valores interessaram-se muito pelo investimento na terra como um investimento com bom retorno e também pelos futuros do mercado de alimentos. Tudo isto está a impulsionar o processo de expulsão da terra principalmente nos países onde existe mais fome ou mais risco de fome", disse.

Flávio Valente, que falava hoje em Lisboa durante numa conferência sobre cooperação e soberania alimentar nos países de língua portuguesa, adiantou que este é um processo comum a todos os países de África, aos países em transição na Europa oriental e a países da América Latina como a Colômbia ou a Bolívia.

"As elites africanas estão a dar terra em troca de investimentos, dizendo que as terras não têm ninguém, mas a verdade é que nas terras que estão a ser doadas vive gente que ali produz e sobrevive", lamentou.

Segundo o orador, "nos países africanos, 80 por cento das pessoas dependem da agricultura para sobreviver e quando essas pessoas forem desalojadas das terras serão despejadas nas cidades, criando grandes favelas (musseques). As pessoas vão ficar desempregadas e não terão como produzir alimentos".

De acordo com o palestrante, cerca de 200 milhões de hectares de terras que estão a ser "doados às multinacionais para a produção de alimentos o que está a levar ao deslocamento das pessoas e ao seu futuro empobrecimento".

O responsável da FIAN adiantou que a maior parte das terras é cedida através de concessões de 90 ou 99 anos na expectativa de que o investimento externo significará desenvolvimento local.

"O que acontece é que as grandes empresas que se instalam empregam poucos locais, deslocam as pessoas, eliminando a sua possibilidade de produzir alimentos e o benefício para as populações é mínimo", sublinhou.

Angola Press

http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/afrika/2011/9/40/Guine-Bissau-apresenta-grandes-problemas-segurnca-alimentares,7eefbcf2-e826-4e7c-9b5d-56ce1600e2df.html

08-10-2011 9:53

Guiné-Bissau apresenta grandes problemas de segurança alimentares

Lisboa -- A Guiné-Bissau é dos países da CPLP que apresenta grandes problemas no que se refere à segurança alimentar, sobretudo pela fragilidade das suas instituições públicas, disse um responsável da Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento (ACTUAR), ONG que tem sede em Coimbra.

"A Guiné-Bissau é um país muito problemático (no âmbito da segurança alimentar), porque tem uma fragilidade por parte do seu Estado e das suas instituições públicas", disse o responsável da ACTUAR, João Pinto.

João Pinto falou à Agência Lusa à margem do colóquio internacional "Políticas e Cooperação para a Soberania Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa", que se realizou na sexta-feira, em Lisboa.

Para Carlos Rui Ribeiro, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau (RESSAN), um dos grandes problemas da Guiné-Bissau é a "extrema dependência do país da produção de castanha de caju", o que leva à importação de parte dos alimentos, sobretudo o arroz, base da alimentação dos guineenses, para além da instabilidade política no país.

João Pinto referiu ainda que, entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), São Tomé e Príncipe é o único membro que ainda não tem uma estratégia nacional de segurança alimentar, o que é preocupante.

Maria Odete Aguiar, representante da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe (RESCSAN), disse durante o colóquio que a RESCSAN tem promovido capacitação e informação de líderes comunitários nas zonas rurais, ajudando na melhoria das infraestruturas e na transformação dos produtos locais.

A responsável revelou ainda que "a modificação dos hábitos alimentares locais tem gerado, recentemente, a subnutrição em crianças são-tomenses."

Em Moçambique, segundo Pedro Messias -- da Rede de Organizações para Soberania Alimentar de Moçambique/ROSA -, há quatro milhões de pessoas que sofrem com a insegurança alimentar, resultantes do conflito de terras, da falta de acesso ao crédito agrícola, do problema das infraestruturas e do acesso aos recursos naturais como a água.

Messias acredita que, apesar dos esforços do Governo nesta área, é ainda necessário "uma concertação das instituições públicas, da sociedade civil, do sector privado para se decidir onde, quando, como e o que se deve concentrar esforços" para garantir a segurança alimentar dos moçambicanos.

Para Belarmino Jelembi, da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), em Angola a agricultura familiar foi preterida em relação às grandes propriedades agro-industriais e o plano de segurança alimentar do Governo angolano, apesar das melhorias que produziu, continua com muitas falhas, sendo ainda o êxodo rural uma realidade no país.

Jelembi referiu que dados estatísticos de 2009 revelam que "36,6 por cento da população vive na pobreza extrema, sendo que 58,3 por cento destas pessoas estão a viver no campo".

As ONG presentes no colóquio em Lisboa entregaram, na quinta-feira, um documento ao secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, com sugestões para a estratégia regional de segurança alimentar da CPLP.

Entre as sugestões estão a inclusão de outros segmentos agro-alimentares a serem apoiados, como a pesca, a pecuária e o extrativismo; a garantia de um papel definido da sociedade civil neste plano, a introdução de um orçamento definido para a implementação dessa estratégia, e o reforço do papel da mulher como elemento fundamental neste contexto.

A estratégia para a segurança alimentar e nutricional da CPLP, coordenada pelo ministro da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, será apresentada a 18 de Outubro no Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em Roma, pelo governante angolano, que será acompanhado por Domingos Simões Pereira.